

DISCUTINDO OS CONCEITOS DE BILINGUISMO E ADSTRATO A PARTIR DE PRESSUPOSTOS HISTÓRICO-GRAMÁTICAIS

Camilla da Silva Mendes (1); Nathalia Reis de Medeiros (2); Thiago Soares de Oliveira (3)

(1) Graduanda em Letras pelo Instituto Federal Fluminense. Integrante do projeto de pesquisa "O Português Histórico e a sua aplicabilidade na explicação de fenômenos fonéticos da Língua Portuguesa", registrado no Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagens (NECEL) do Instituto Federal Fluminense. camillamendes12@hotmail.com

(2) Graduanda em Letras pelo Instituto Federal Fluminense. Integrante do projeto de pesquisa "O Português Histórico e a sua aplicabilidade na explicação de fenômenos fonéticos da Língua Portuguesa", registrado no Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagens (NECEL) do Instituto Federal Fluminense. nathalia.reism@gmail.com

(3) Doutorando e Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor da licenciatura em Letras do Instituto Federal Fluminense e Coordenador do projeto de pesquisa "O Português Histórico e a sua aplicabilidade na explicação de fenômenos fonéticos da Língua Portuguesa", registrado no Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagens (NECEL). so.thiago@hotmail.com

RESUMO¹

Este artigo, resultado de trabalho apresentado na XI Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, busca compreender como os conceitos bilinguismo e de adstrato são empregados na atualidade, no Brasil, pelos principais especialistas em Filologia, História da Língua Portuguesa e Gramática Histórica no contexto da formação das línguas românicas, em especial o português. Para isso, parte-se de um problema de pesquisa levantado em sala de aula, na graduação em Letras do Instituto Federal Fluminense.

Palavras-chave: Estratos linguísticos, bilinguismo, adstrato.

DISCUSSING THE CONCEPTS OF BILINGUALISM AND ADSTRATIC FROM HISTORIC-GRAMMARTICAL ASSUMPTIONS

ABSTRACT

This article, as a result of the work presented at the XI National Conference on Linguistics and Philology of the Portuguese Language, seeks to understand how the concepts of bilingualism and adstratic are currently employed, in Brazil, by the specialists in Philology, History of the Portuguese Language and Historical Grammar in the context of the formation of romanic languages, especially portuguese. For this, it is based on a research problem raised in the classroom, in the graduation in Letters of the Federal Fluminense Institute.

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "O Português Histórico e a sua aplicabilidade na explicação de fenômenos fonéticos da Língua Portuguesa", registrado no Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagens (NECEL) do Instituto Federal Fluminense, Brasil.

Keywords: Language strata, bilingualism, adstrat.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho teórico que ora se apresenta é resultado de discussão acerca do processo de formação das línguas românicas, assunto que compõe a matriz curricular da disciplina História da Língua Portuguesa, da licenciatura em Letras do Instituto Federal Fluminense, antecedendo o estudo dos períodos evolutivos da língua portuguesa, com a devida atenção ao léxico e ao vocabulário herdado de outras línguas.

Durante o exame do conteúdo em sala de aula, percebeu-se na obra de Basseto (2010) que dois dos quatro estágios formativos da língua portuguesa, o bilinguismo e o adstrato, são tratados de forma distinta pelas autoridades no assunto, as quais se amparam em critérios também distintos para a elaboração dos respectivos conceitos, levando o estudioso incipiente muitas vezes à confusão teórica. Partindo disso, adveio o seguinte problema de pesquisa: com base em quais princípios os principais especialistas da Gramática Histórica e da Filologia concebem as noções de bilinguismo e de adstrato no âmbito do processo formativo das línguas românicas, especialmente o português?

Acredita-se, nesse sentido, que a multiplicidade de critérios adotados contribui para eventuais confusões teóricas, razão pela qual, por meio da pesquisa bibliográfica, pretende-se promover uma discussão a respeito de como os autores definem bilinguismo e adstrato. Neste trabalho, não se tenciona a distinção entre a Gramática Histórica e Filologia como áreas do saber, na medida em que a escolha dos autores componentes tanto da parte revisional quanto da reflexiva, entre eles Bagno (2007), Basseto (2010), Câmara Jr. (1974), Cardoso e Cunha (1978), Coutinho (1974), Silva (2010) e Teyssier (2014), pautou-se na ementa da matéria História da Língua Portuguesa.

Assim sendo, como forma de contribuir para o entendimento dos critérios adotados para a formação dos conceitos de bilinguismo e adstrato, serão citados exemplos em que os autores divergem acerca da idêntica temática, sem esgotar as possibilidades a partir das quais o assunto pode ser abordado.

2 AS DIVERSAS DEFINIÇÕES DE BILINGUISTO E ADSTRATO

Socialmente, segundo Silva (2010), o latim manifestava-se de acordo com a cultura do povo que o manejava e também a situação de emprego da língua;

geograficamente, porém, essas diferenças seriam mais sérias em razão da ampliação do Império Romano, uma vez que tal processo envolveria raças e povos de falas distintas. Os conceitos apresentados a seguir compilam, para todos os efeitos, os diversos critérios utilizados pelos estudiosos acerca da relação de influência linguística entre os povos.

Silva (2010) defende a ideia de que o principal papel do adstrato é facilitar os empréstimos entre as línguas que vivem próximas umas das outras de maneira que não haja sobreposição, já que uma não irá tomar o lugar da outra. Assim, os adstratos existentes em relação ao português seriam a língua espanhola, a francesa, a inglesa, a italiana e também algumas línguas orientais, como é o caso do chinês e do japonês, e isso se verifica por empréstimos de vocábulos incorporados ao léxico de língua portuguesa. Quanto ao bilinguismo, não foi abordado pelo professor Silva (2010) em sua obra.

Já Câmara Jr. (1974) define adstrato como uma língua que vigora ao lado de outra em um determinado território, funcionando como um manancial eterno de empréstimos. Aliás, o autor pontua que, na história do português, o adstrato árabe merece determinado destaque devido à ocupação moura da península ibérica, já que é devido a essa influência que a língua possui tamanha massa de arabismos. No Brasil, os adstratos existentes seriam o alemão, o italiano, o sírio, o japonês dos núcleos de imigrantes dessas nacionalidades e, mais especificamente no Amazonas, o nheengatu, que é uma modernidade apresentada pelo tupi.

Sobre o bilinguismo, Câmara Jr. (1974) afirma que pode ser definido como a capacidade de usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a língua materna, e optar por uma delas conforme a situação necessária. Sendo assim, seria possível encontrar a situação de bilinguismo nas comunidades conquistadas por povos com falares de línguas diversas, bem como na fronteira entre dois povos. Porém, em ambos os casos, o bilinguismo tende a desaparecer com o suceder das gerações. No Brasil, por exemplo, houve o bilinguismo no período colonial entre índios e portugueses; hoje, o mesmo ocorre nas regiões onde residem famílias imigrantes e nas fronteiras com os países de língua espanhola.

Basseto (2010), por sua vez, entende o adstrato como toda língua que vigora ao lado de outra, dentro de um determinado território, tornando-se nascente permanente de empréstimos. Para que isso ocorra, é necessário que dois povos de idiomas distintos sejam vizinhos e mantenham algum tipo de relacionamento. Essa situação pode ocorrer por meio de invasão ou conquista. Um exemplo disso, para o autor, foi o adstrato árabe

na Península Ibérica, quando houve a convivência do árabe com os romances regionais que receberam suas influências. É importante ressaltar que, no adstrato, nenhuma língua desaparece, apenas convivem e se influenciam mutuamente.

Ainda de acordo com Basseto (2010), o bilinguismo é uma fase na qual dominados e dominadores continuam a fazer uso do seu próprio idioma por período de tempo variável, ainda mais se não houver disposição por parte do dominador de impor a sua língua, como foi o caso dos romanos. O mesmo ocorreu na Gália com os idiomas celta e latim e na Ibéria com os idiomas ibérico e latim, entre outros casos. Assim como Câmara Jr. (1974), Basseto (2010) propõe, então, uma distinção entre bilinguismo e adstrato, situando-os como fases distintas na formação das línguas românicas.

Bagno (2007), por seu turno, não se alonga muito na explicação conceitual sobre o que entende como adstrato, mencionando que o termo é utilizado para fazer referência a um convívio linguístico pacífico. Como exemplo, utilizou os estratos românico e árabe, que se influenciam mutuamente sem que ocorra alguma transformação linguística capaz de alterar o rumo de qualquer um dos dois idiomas. Vale dizer que isso ocorreu devido a uma política de tolerância por parte do conquistador árabe, que não impôs a sua língua nem a sua religião aos povos que foram dominados. Bagno (2007), assim como Silva (2010), não aborda o conceito de bilinguismo.

Em seu trabalho intitulado *O português do Brasil - questões de substrato, superstrato e adstrato*, Garcia (2002) compila os conceitos de substrato, superstrato e adstrato. A respeito deste último, o autor o classifica como uma língua que conviveu com outra em estado de bilinguismo, apontando a relação linguística entre os indígenas e os africanos com relação aos portugueses, uma vez que se tratava de duas línguas que, na prática, simplificavam-se para que ocorresse um entendimento mútuo entre os povos, facilitando a comunicação. Ao que parece, Garcia (2002) toma os conceitos de bilinguismo e adstrato como sinônimos.

Outro teórico a se preocupar com a noção de adstrato é Paulo Chagas (2003), autor que entende o adstrato como a relação entre duas línguas faladas em regiões vizinhas, com conseqüente influência mútua. Um exemplo dessa situação seriam os estados do Brasil que dividem fronteiras com os países que fazem uso da língua espanhola. Logo, é possível observar que a proposta de Chagas (2003) muito se assemelha à de Basseto (2010), especialmente porque ambos citam a região de fronteira como um fator determinante para que ocorra um adstrato linguístico.

De acordo com o teórico francês Jean Dubois (1997), a situação linguística na qual uma nova região é dominada e, por causa disso, ambos os povos necessitam utilizar alternadamente, conforme o meio e a situação, duas línguas diferentes é chamada de bilinguismo. Segundo o autor, aos poucos, essa situação de bilinguismo vai perdendo espaço para que ocorram outros tipos de estratos, ou seja, o bilinguismo funcionaria como uma fase de transição, e não como uma situação permanente como é o caso dos estratos que tendem a vigorar após a fase do bilinguismo. Nesse ponto, a concepção de Basseto (2010) aproxima-se da de Dubois (1997), já que aquele especialista também considera o bilinguismo como uma fase de tempo variável, ainda que não possa ser determinada.

Como foi possível observar nas definições apresentadas, não há entre os autores total consonância sobre o que seriam os termos adstrato e bilinguismo, embora alguns deles proponham conceitos aproximados. Especificamente sobre o adstrato, Silva (2010), por exemplo, defende a ideia de que ele desempenha a função facilitador de contato entre as línguas, sem que haja, porém, a sobreposição de uma sobre outra. Câmara Jr. (1974), por sua vez, destaca a importância da existência de uma região de fronteira para que ocorra a situação de adstrato, enfatizando que essa relação serve como fonte de empréstimos, ponto com o qual assente Basseto (2010).

Percebe-se também que Bagno (2007) desenvolve o conceito de adstrato a partir de uma relação pacífica entre duas línguas, o que não é mencionado pelos demais autores estudados. Já Garcia (2002) distancia-se dos demais teóricos alegando que o adstrato está relacionado a línguas que convivem em um estado de bilinguismo, tomando ambos os termos como sinônimos. Chagas (2003), no entanto, mantém sua linha conceitual de acordo com Basseto (2010), motivo pelo qual não se apresentam aqui outras delongas explicativas.

Passando ao conceito de bilinguismo, em outro turno, nota-se que não foi objeto de estudo para diversos dos autores que foram utilizados neste trabalho. Silva (2010), Bagno (2007), Garcia (2002) e também Chagas (2003) não descrevem nem mencionam esse termo, enquanto Basseto (2010) compreende o bilinguismo como uma fase na qual dominados e dominadores fazem uso de sua própria língua por tempo indeterminado, dependendo da disposição de o dominador impor a sua língua ou não. Para o filólogo, portanto, bilinguismo e adstrato não são interpretados como sinônimos, mas como pré-estrato e estrato linguísticos respectivamente.

No que lhe diz respeito, Câmara Jr. (1974) parte do princípio de que o bilinguismo é a capacidade de usar duas línguas como maternas, podendo isso ser provocado por diferentes circunstâncias, incluindo as situações às quais estão sujeitos os povos que foram dominados por outro de língua diversa e os povos que convivem em região de fronteira. Nesse sentido, é importante observar que, para Câmara Jr. (1974), o bilinguismo, independentemente da circunstância que o originou, tende a desaparecer. Dubois (1997) concorda, alegando que o bilinguismo é uma fase de transição que tende a ser substituída posteriormente por algum estrato linguístico. Da posição de Basseto (2010), depreende-se entendimento similar ao desses últimos estudiosos.

Por fim, um fato que não pode ser ignorado é que a maioria dos teóricos, seja pelo bilinguismo seja pelo adstrato, comenta a respeito do adstrato árabe, que se tornou um manancial de empréstimos para a língua portuguesa, principalmente no campo da agricultura, ressaltando que isso se deve ao fato de os árabes não terem tido a intenção de impor a sua língua assim como a sua religião.

3 REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DOS TERMOS

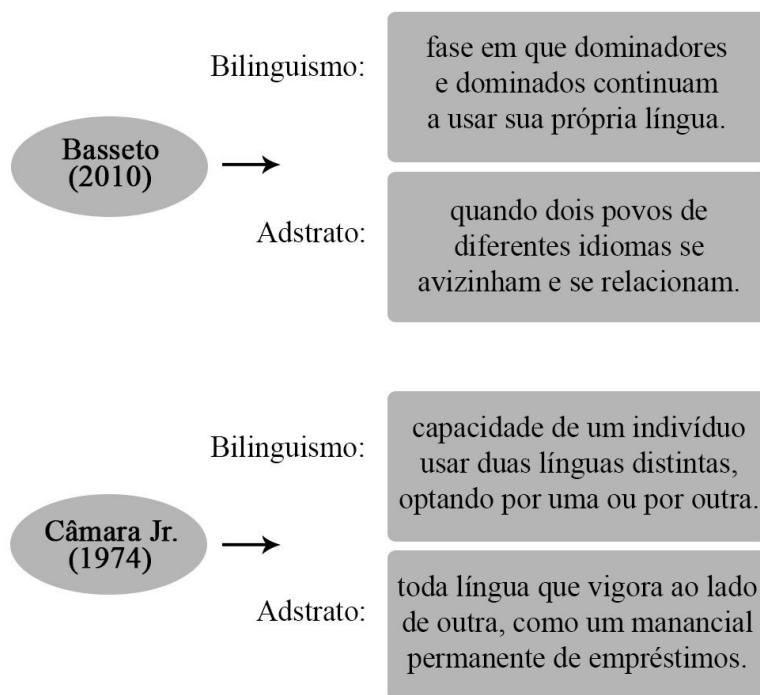
É importante ressaltar que, mesmo existindo várias definições para os fenômenos de bilinguismo e adstrato, deve-se analisar o contexto no qual serão empregados tais termos e, assim, decidir a concepção que mais se encaixa. Abaixo, o Esquema 1 resume as concepções abordadas neste trabalho a fim de facilitar as comparações:

Silva (2010)	➔ adstrato: facilitação de empréstimos; ➔ bilinguismo: não menciona;
Câmara Jr. (1974)	➔ adstrato: manancial de empréstimos; ➔ bilinguismo: capacidade inerente ao indivíduo;
Basseto (2010)	➔ adstrato: mesmo posicionamento de Câmara Jr.; ➔ bilinguismo: período de tempo variável;
Bagno (2007)	➔ adstrato: convívio pacífico entre línguas; ➔ bilinguismo: não cita;
Chagas (2003)	➔ adstrato: línguas faladas em regiões vizinhas; ➔ bilinguismo: não cita.
Dubois (1997)	➔ adstrato: necessidade de utilizar idiomas alternadamente; ➔ bilinguismo: não cita.

Esquema 1 – Resumo de concepções
 Fonte: Dados da pesquisa

Das inúmeras abordagens teóricas vistas até aqui a respeito dos conceitos de bilinguismo e adstrato, é notável o fato de que há divergências e concordâncias entre autores, o que acaba por gerar dúvidas entre os que estudam a história da língua portuguesa e dependem de tais conceitos para compreender a formação do português como língua românica. No Esquema 1 acima, nota-se que apenas dois dos seis autores estudados abordam o conceito de bilinguismo, que é o mais problemático entre os dois termos sobre os quais se reflete neste artigo. Quanto ao conceito de adstrato, percebe-se que há algumas divergências, entretanto todos os autores concordam que se trata de situação em que línguas se relacionam de alguma forma, seja por relação de fronteirismo, por necessidade de uso de mais de uma língua ou por relação de empréstimos.

O Esquema 2, abaixo, apresenta uma síntese das visões dos dois principais autores aos quais se recorreu na tentativa de verificar as concepções dos termos bilinguismo e adstrato, que foram justamente as que mais demonstraram imprecisão em sala de aula, motivando a elaboração desta pesquisa:



Esquema 2: Comparação entre Basseto (2010) e Câmara Jr. (1974)
 Fonte: dados da pesquisa

Comparando as abordagens sobre bilinguismo e adstrato constantes no Esquema 2, é possível observar que há concepções diferentes para cada autor. Entretanto, a abordagem que requer maior reflexão vem a ser a de Basseto (2010), visto que o autor, em obra recente, define esses dois estratos linguísticos a partir de uma relação entre “dominador” e “dominado”, na qual cada povo continua a manejar sua própria língua. O uso dos termos mencionados, no entanto, leva à suposição imediata de que uma língua chega a se sobrepôr a outra em ambos os tipos de estratos. Tal suposição logo é construída se observados os exemplos trazidos pelo mesmo autor, como é o caso do que ocorreu entre o francês e o franco, que, com o prolongamento do período de bilinguismo, vieram a se tornar um caso de superstrato² (BASSETO, 2010).

A despeito do exemplo apresentado por Basseto (2010), considera-se que a noção de que há obrigatoriamente de existência de relação entre um povo dominador e um povo dominado no contexto do bilinguismo é precipitada, uma vez que fenômenos como esses podem ocorrer não somente em regiões em que há algum tipo de tomada ou

² Superstrato: “língua usada por povos conquistadores que introduzida na área conquistada não substitui a língua dos povos conquistados, podendo com o tempo vir a desaparecer, deixando-lhes alguns traços” (XIMENES, 2003, p. 54).

invasão, mas também como um recurso cultural, como bem aborda Teyssier (2014) a respeito do bilinguismo luso-espanhol:

Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa “castelhanização” da corte (TEYSSIER, 2014, p.32).

Dessa forma, Teyssier (2014) apresenta um caso de bilinguismo em que, em princípio, os praticantes do português recorriam à língua espanhola como “segunda língua de cultura” (TEYSSIER, 2014, p. 32). Somente alguns anos mais tarde, em 1580, é que se consolidou de fato tal impregnação linguística do espanhol sobre o português, em decorrência da dominação espanhola (TEYSSIER, 2014). Assim, nota-se que, neste caso, o bilinguismo não surgiu de um ato de dominação ou tomada, e sim devido ao casamento entre soberanos de povos e também por parte da população culta, que buscava base cultural em outro idioma.

Outra importante observação a ser feita a respeito da definição de bilinguismo proposta por Basseto (2010) é utilização do termo “fase” para definir bilinguismo, indicando que se trata de um período cujo tempo de duração é muito variável. Nesse caso, apenas a história poderia de fato determinar o estrato linguístico em que se enquadrariam duas ou mais línguas. Com efeito, assim o é. No entanto, a suposta indeterminação da durabilidade da fase seria uma característica de um pré-estrato linguístico, porque se subentende que o estrato é uma situação consolidada e permanente.

Relativamente ao conceito de adstrato abordado pelo autor, entende-se que coincide com a abordagem de Câmara Jr. (1974), pois consiste em um prolongamento do período de bilinguismo, ou seja, a fase inicial do fenômeno linguístico quando dois povos se avizinham e continuam a utilizar sua própria língua e, após um período de tempo não definido, se tal situação persistir, é denominado de adstrato. Logo, o grande impasse causado por tal definição está no fato de que não há um período de tempo estipulado para uma relação entre povos deixar de ser bilinguismo e se tornar adstrato.

Esse problema para tal nomenclatura é facilmente identificado se feita uma análise a respeito da invasão árabe na Península Ibérica. De acordo com Coutinho (1974), os árabes surgem em solo peninsular no século VIII, após a tomada de todo o norte da África. Apesar de ser um povo altamente desenvolvido, a influência dos árabes

na Península não foi tão grande como o esperado. Entretanto, Basseto (2010) trata essa relação como um caso de adstrato, uma vez que “o árabe conviveu então com os romances ibéricos que receberam maior ou menor influência” (BASSETO, 2010, p. 163). Acerca dessa afirmativa, é levantada a seguinte questão: quais critérios foram utilizados para se considerar uma relação de adstrato e não de bilinguismo?

Inicialmente, nota-se que Basseto (2010) levou em conta o grande período de tempo em que o povo árabe permaneceu na Península Ibérica, uma vez que, na concepção desse autor, para ser considerado apenas bilinguismo, tal relação entre os árabes e o povo do local teria de ser breve. Em seguida, é preciso entender que a situação de adstrato requer uma estabilidade de convivência por parte de dois povos, ou seja, supõe-se que já se passaram muito séculos de relacionamento entre as línguas sem que uma se sobrepusesse à outra ou desaparecesse. Isso não ocorre com os árabes e seu idioma, pois eles foram expulsos do território em 1492, e a população da Península continuou a falar seu dialeto (BASSETO, 2010), ou seja, o latim vulgar modificado (COUTINHO, 1974), mantendo apenas alguns empréstimos da língua árabe.

De qualquer forma, Basseto (2010) afirma que foram quase oito séculos de convivência entre povos, porém, por mais que seja um tempo consideravelmente longo, chegou ao fim, o que novamente levanta a questão supracitada. Acredita-se que considerar o bilinguismo uma fase inicial de relação linguística entre povos e o adstrato um prolongamento de tal relação só funcionaria se um período de tempo pudesse ser estipulado para que, assim, os impasses a respeito desses conceitos fossem enfim resolvidos.

A segunda concepção abordada no Esquema 2 apresentado é a de Câmara Jr. (1974), que, inclusive, é usada por Basseto (2010) para definir adstrato. Dessa forma, entende-se que Basseto concorda com a definição de adstrato dada por Câmara Jr., que diz se tratar de “toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos” (CÂMARA JR., 1974, p. 53). Os dois autores, contudo, discordam quando se trata da definição de bilinguismo, porque Câmara Jr. (1974, p. 94) define tal fenômeno como a “capacidade de um indivíduo usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a sua língua materna, optando por uma ou por outra, conforme a situação social em que no momento se acha”, enquanto Basseto (2010, p. 152) propõe uma definição mais restrita de que, “subjugado um povo de língua diferente e ocupado seu território, segue-se uma fase de bilinguismo,

em que dominadores e dominados continuam a usar seu próprio idioma por período de tempo muito variável”.

Na perspectiva de Câmara Jr. (1974), o bilinguismo não passa de uma habilidade adquirida por influência de diversos meios, tais como: famílias compostas por pessoas que falam diferentes idiomas, povos que vivem em zonas fronteiriças e em comunidades conquistadas por algum povo detentor de um idioma diferente. A fim de corroborar isso, o autor cita o caso ocorrido no Brasil no período de colonização portuguesa, quando os portugueses disseminaram sua língua pelo território, até então ocupado apenas por tribos indígenas, promovendo assim uma situação de bilinguismo em decorrência do contato entre línguas, como explica Bizíková (2008), ao se referir aos nativos como bilíngues:

Outro emprego do português nota-se actualmente nos encontros intertribais, quando ele serve de código neutral. Muitas vezes, nessas situações os sujeitos bilíngues, isto é aqueles que dominam não só a língua própria do seu grupo, mas também o português, desempenham o papel de ajudantes de chefes que não tem nenhum ou apenas pouco conhecimento do português (BIZÍKOVÁ, 2008, p.18).

Com base na assertiva acima, percebe-se que Bizíková (2008) concorda com a definição de Câmara Jr. (1974) quando se refere aos sujeitos bilíngues como portadores da habilidade de falar duas línguas dependendo do contexto, independentemente da existência da relação de dominação de um sobre outro. Assim, entende-se que a definição de Câmara Jr. (1974) é bastante coerente, visto que a situação de bilinguismo está relacionada à capacidade do indivíduo de falar mais de um idioma, enquanto o adstrato consiste na situação de convivência entre essas línguas que pode ocorrer em situações como zonas fronteiriças.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a mostrar diferentes visões sobre os conceitos de adstrato e de bilinguismo. Para que isso fosse possível, os trabalhos de diversos teóricos foram utilizados e também discutidos. Na maioria dos casos, as definições apontadas pelos teóricos combinam-se e completam-se, como é o caso da definição de Silva (2010) acerca do adstrato como situação facilitadora do empréstimo entre as línguas e a de Bagno (2007), que alega que tal processo é pacífico. Basseto (2010) e Câmara Jr. (1974)

concordam em suas abordagens a respeito do adstrato e realçam a fronteira como um fator determinante para esse processo. É possível observar que todos os teóricos utilizados seguiram uma linha de pensamento na qual os conceitos se aproximam.

Entretanto, sabe-se que muitos dos teóricos citados no decorrer deste trabalho possuem concepções parecidas no que diz respeito ao adstrato, enquanto os autores Basseto (2010) e Câmara Jr. (1974) discordam a respeito do bilinguismo, conceito abordado por um número escasso de teóricos. Fica entendido, então, que o conceito de adstrato se pauta no convívio prolongado entre duas línguas, podendo ou não tornar-se outro estrato linguístico no futuro, como o ocorrido com os árabes que, após séculos de convivência linguística com o povo da Península Ibérica, perdeu prestígio para a língua local, deixando apenas alguns empréstimos.

Sobre o bilinguismo, ao que parece não é tão estudado quanto os demais estratos existentes, inclusive pelo fato de alguns autores não o considerarem um estrato linguístico, como é o exemplo de Câmara Jr. (1974). Porém, gera enorme polêmica a visão de Basseto (2010) e de Câmara Jr. (1974), como já citado, uma vez que os teóricos em geral sequer abordam o bilinguismo, seja como uma fase de transição seja como um estrato linguístico. Aliás, Câmara Jr. (1974) assevera que o bilinguismo é a capacidade de usar duas línguas como se ambas fossem a sua língua materna, podendo uma ou outra ser utilizada de acordo com a situação que lhe é propícia.

Portanto, diante das inúmeras concepções abordadas até aqui, é possível concluir que os impasses causados pela confusão entre os termos bilinguismo e adstrato nas diferentes perspectivas podem ser resolvidos caso haja uma análise a respeito do contexto no qual será empregado os dois termos, ou seja, é necessário analisar os critérios e exemplos usados por cada autor e escolher o que mais se encaixa na situação, evitando, assim, toda e qualquer confusão teórica por parte dos que estudam tais abordagens.

5 REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos (2007). **Gramática histórica: do latim ao português brasileiro**. Brasília: EDUNB.
- BASSETO, Bruno Fregni (2010). **Elementos de filologia românica - Volume I - história externa das línguas românicas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BÍZIKOVÁ, Lúcia. **Importância das línguas tupis para o português brasileiro**. Brno, 2009 [cit. 2016-07-29]. Bachelor's thesis. Masaryk University, Faculty of Arts. Thesis supervisor Iva Svobodová. Disponível em: <http://is.muni.cz/th/180915/ff_b/>. Acesso: 14 de jul. de 2016.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (1974). **Dicionário de filologia e gramática**. 5. ed. São Paulo: Jozon Editor.

CHAGAS, Paulo (2014). A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística I - objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto.

COUTINHO, Ismael de Lima (1974). **Pontos de gramática histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

DUBOIS, Jean (1997). **Dicionário de lingüística**. São Paulo, Cultrix.

GARCIA, Afrânio da Silva (2002). O português do Brasil - questões de substrato, superstrato e adstrato. **Soletras**, ano II, nº 04. São Gonçalo: 70-80. UERJ, jul./dez. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4447>

SILVA, José Pereira (2010). **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Intragráfica Editorial.

TEISSYER, Paul (2014). **História da língua portuguesa**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

XIMENES, Expedito Eloísio (2003). Alguns termos da linguística histórica. **Revista Philologus**, ano 9, n. 25, Rio de Janeiro CIFEFIL, jan./abri. p. 45-61. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO09/25/RPh25.pdf>. Acesso em: 06 de nov. de 2016.